

Unicamp é a 2ª melhor universidade do Brasil, diz ranking

Avaliação é da Quacquarelli Symonds, considerada uma das mais influentes do mundo

A Unicamp manteve a segunda posição no ranking das melhores universidades do Brasil, segundo a edição 2027 da pesquisa elaborada pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS) World University Rankings, uma das classificações acadêmicas mais prestigiadas e influentes do mundo, divulgada nesta quinta-feira (18). A edição avaliou 8.808 instituições de 106 países. Desse total, 1.504 universidades foram classificadas no ranking mundial. No Brasil, 22 instituições foram avaliadas e classificadas. A base de dados utilizada pelo ranking contemplou aproximadamente 21 mil publicações científicas, 222 mil citações, 1,6 milhão de indicações acadêmicas e 600 mil indicações de empregadores.

A pontuação geral da Unicamp foi de 47,9 pontos em uma escala de 0 a 100. O desempenho relativo indica que a Universidade se posiciona acima de 81,6%

das instituições classificadas no ranking mundial.

Entre os principais destaques positivos da Unicamp, estão indicadores como o de reputação acadêmica, no qual a Universidade alcançou pontuação de 80,1, ocupando a 98ª posição mundial nesse quesito e a 2ª posição no Brasil.

A Universidade também foi bem no indicador “rede internacional de pesquisa”, obtendo pontuação de 81,9, com índice de 56,5, o que supera a média mundial de 41,0. No item sustentabilidade, a Unicamp alcançou pontuação de 81,1, mantendo-se em posição de destaque no Brasil, também em 2º lugar nacional.

Já no indicador “citações por docente”, a Universidade obteve pontuação de 29,7, alcançando a 2ª posição nacional. Esse resultado indica bom desempenho relativo no contexto brasileiro em termos de impacto acadêmico da produção científica.



Ranking da prestigiada QS classifica Unicamp como a 2ª melhor do Brasil

“A posição da Unicamp no QS World University Rankings 2027 reafirma a presença da Universidade entre as instituições brasileiras de maior projeção internacional. O resultado é especialmente relevante, porque o QS combina distintas dimensões da atuação da universidade, como reputação, impacto da pesquisa, internacionalização e sustentabilidade”, disse o assessor da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU), Renato Garcia. “Nesse conjunto de indicadores, a Unicamp demonstra consistência institucional, com destaque para sua reputação acadêmica, sua rede internacional de pesquisa e sua contribuição para a agenda de sustentabilidade,” acrescentou.

“O desempenho da Unicamp no QS WUR 2027 confirma a solidez da Universidade como uma instituição pública de excelência, reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade

de sua pesquisa, pela formação de recursos humanos altamente qualificados e pelo impacto de suas atividades na sociedade”, disse o pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, Fernando Sarti. “Os resultados positivos em indicadores como reputação acadêmica, rede internacional de pesquisa e sustentabilidade mostram que a Unicamp tem conseguido combinar excelência acadêmica com compromisso público, mantendo-se como uma das principais universidades do país e da América Latina”, finalizou.

USP

Na 133ª colocação, a USP é a universidade brasileira mais bem classificada no QS World University Ranking 2027. As universidades foram avaliadas de acordo com nove indicadores: reputação acadêmica, reputação entre empregadores, proporção de professor para estudante, ci-

tações científicas, número de estudantes estrangeiros, corpo docente internacional, sustentabilidade, empregabilidade e rede internacional de pesquisa.

Na edição deste ano, entre as instituições latino-americanas, a USP ocupa a terceira posição na classificação geral. A primeira é a Universidade de Buenos Aires (UBA), na 84ª posição, e a segunda é a Pontifícia Universidade Católica do Chile, na 119ª posição.

Ao todo, 22 universidades brasileiras estão entre as instituições classificadas. Depois da USP, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é a segunda melhor brasileira, na 277ª colocação; seguida da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na 367ª; e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), na 513ª.

Com informações do Portal Unicamp unicamp.br e da Agência SP

Decreto estabelece regras mais rígidas para intervenções em vias públicas

Por Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas endureceu as regras para a realização de obras e intervenções em vias e demais áreas públicas destinadas à implantação e manutenção de redes de infraestrutura urbana. As novas normas valem para empresas, concessionárias e demais interessados em executar serviços como ligações de água, esgoto, energia elétrica, gás, telecomunicações e drenagem em ruas, avenidas, calçadas, pontes, viadutos e outros espaços públicos da cidade.

As mudanças foram estabelecidas pelo Decreto nº 24.495, publicado na segunda-feira (15) no Diário Oficial do Município. A medida cria um conjunto de exigências voltadas a ampliar o

controle sobre obras executadas em áreas públicas, reforçar a segurança das intervenções e reduzir os transtornos causados por serviços como a implantação e manutenção de redes de água, esgoto, energia elétrica, gás, telecomunicações e drenagem.

Entre as principais alterações está a formalização de um processo mais rigoroso para autorização, execução e fiscalização das obras. As empresas deverão apresentar projetos executivos detalhados, recolher as taxas municipais previstas e efetuar depósito de caução financeira para garantir a recuperação das áreas afetadas. O decreto também estabelece prazo de três a cinco dias úteis para a recomposição de pavimentos e calçadas após a conclusão dos serviços.



Rogério Capela/Prefeitura de Campinas

Prefeitura endureceu regras para obras em vias públicas

Segundo o secretário municipal de Infraestrutura, Carlos José Barreiro, o objetivo do novo decreto é estabelecer regras claras para disciplinar a ocupação do solo público por pessoas físicas

e jurídicas que executam serviços de infraestrutura, como ligações de água, esgoto, energia elétrica, gás e telecomunicações. De acordo com ele, o novo regramento organiza os procedimentos para

solicitação de autorização junto à Prefeitura, define responsabilidades das empresas e estabelece mecanismos de fiscalização e punição em caso de descumprimento das normas. “O decreto organiza e disciplina o uso do solo público de forma clara, estabelecendo procedimentos que todos deverão seguir para obter autorização da Secretaria de Infraestrutura e realizar as intervenções sem causar danos ao espaço público”, afirmou.

Barreiro destacou que a nova regulamentação também traz mais segurança jurídica tanto para o poder público quanto para as empresas responsáveis pelas obras. Segundo ele, antes não havia um conjunto de regras tão detalhado e padronizado sobre a utilização dessas áreas.